

A contribuição de Freud para o esclarecimento do fenômeno político¹

Maurício Tragtenberg

Não pretendemos abordar as relações entre Psicanálise e Política, mas a contribuição de Freud para o esclarecimento do fenômeno político. Isso significa limitarmo-nos a seu universo discursivo, sem ampliar a análise do político, abrangendo as várias correntes psicanalíticas, de Reich a Adorno, de Guatari a Lacan. A volta de Freud significa a preocupação em compreender a sua contribuição específica ao estudo do fenômeno político, sua pertinência e atualidade.

Durante mais ou menos um século, o estudo do “político” centrou-se nas instituições. Fourier esperava que, através delas, o vício individual se transformasse em virtude social.

A preocupação de Freud com o “social” se acentua após o impacto da Primeira Guerra Mundial. Nos seus dois ensaios a respeito, um escrito em 1915 e outro em 1922, procurou ele mostrar a hipocrisia da sociedade moderna, a coerção social funcionando e o caráter primário das tendências agressivas. Impressionado, como Max Weber, com o empobrecimento da vida, ele valoriza, inicialmente, a guerra como alternativa ao conceito convencional de morte, porém, a guerra condicionou seu interesse no estudo da agressão, como o câncer que o vitimaria, levou-o a aprofundar o conceito de “instinto de morte”.

Admitindo que o nosso inconsciente mata, mesmo por motivos insignificantes, vê na eclosão da guerra uma prova disso. Os homens não desceram tão baixo por ocasião da guerra, dizia ele, porque nunca estiveram tão alto como pensavam achar-se. Assim, o homem renuncia a seus instintos agressivos substituindo-os pelas agressões estatais, o Estado proíbe ao indivíduo infrações, não porque queira aboli-las, mas sim, para monopolizá-las.

A autenticidade e espontaneidade podem andar vinculadas ao instinto de morte. Pode a pessoa “autenticamente” matar alguém e “espontaneamente” apertar o botão

1. (N. do E.) Texto publicado, em 22 de setembro de 1979, no jornal *Folha da Tarde*, p. 5.

A obra completa de Maurício Tragtenberg está sendo preparada para publicação, na íntegra, pela Editora da Unesp. Já estão em circulação os dois primeiros volumes. Este fragmento é uma reprodução autorizada.

que despeja centenas de bombas, espalhando a morte. Embora admitisse, no seu primeiro ensaio sobre a guerra, que a mesma jamais poderia ser abolida, no segundo ensaio, admite a existência de soluções culturais; sugere a existência de uma autoridade universal para julgar os conflitos de interesse entre as nações.

A sua admissão da existência de uma agressividade “inata” não o impediu de considerar os meios indiretos de satisfação. O ódio básico, em Freud, é fundido com as tendências sociais na medida em que o indivíduo amadurece.

Hobbes e Freud

Como Burke, admite Freud a positividade das restrições sociais que nos livram da escravidão às paixões.

Enquanto, para Hobbes, o homem natural é egoísta, em Freud também o é, com a diferença de que ele tem necessidade social. Enquanto, para Hobbes, o homem segue a lei da astúcia e da força, Freud reconhece a sua existência, porém, afirma, concomitantemente, a existência do amor e da autoridade, daí, a ambivalência. A figura do contrato social, em Hobbes, Locke e Rousseau, era para explicar a legitimidade original da sociedade capitalista. Para Hobbes, o pacto social funda-se na existência do medo, que torna o homem prudente.

Para Freud, a sociedade política corresponde ao desejo irracional do homem em restaurar a autoridade; com a morte do pai primitivo, surge no homem a “nostalgia do pai”. Para ele, o governo não surge de um contrato social, mas, de uma resposta contra-revolucionária, que emerge após a queda do governo patriarcal e representa o desejo majoritário dos cidadãos-irmãos, não é uma manifestação de prudência do grupo. Os mitos do contrato social, no universo psicanalítico, podem ser vistos como reafirmação da vontade do pai acima dos impulsos rebeldes dos filhos.

O contrato social, na medida em que significa o ingresso da sociedade na organização política histórica, representa a aceitação da derrota da maioria, eis que, mediante a restrição exogâmica de novas conquistas sociais, ninguém pode alcançar outra vez o supremo poder do pai, embora todos tivessem lutado para isso. Na forma de horda, família ou governo, para Freud, o que existe é o controle da liberdade de ação. A existência da lei mostra a força dos desejos ocultos, a existência de uma necessidade interna, que a consciência desconhece. Daí Freud reconhecer que o desejo funda a necessidade da lei. O caráter complexo dos desejos explica a complexidade das interdições sociais.

As proibições

Freud relaciona as proibições auto-impostas, mediante as quais os neuróticos controlam os impulsos proibidos com as complicações rituais, mediante as quais

os povos primitivos se defendem da “desordem”, os sentimentos libertários que possam surgir originam auto-controles compensadores, e esses, por sua vez, a renúncia a uma posse ou liberdade entendida como repressão e objetivada como tabu ou lei. A ambivalência, o tabu significam a existência de uma dialética que oscila entre repressão e rebelião; essa leva a nova repressão. A luta entre a lei e o impulso só pode ser sintetizada pelo “ego”. A liberdade procurada é a liberdade para se tornar um amo. Os impulsos conscientes de rebelião, para Freud, originam-se na inveja. O desejo de poder é contagiante, todos querem ser reis. O excessivo respeito, a cortesia e as regras estritas de etiqueta em relação ao “chefe” são derivadas do “medo de tocar” do primitivo, segundo Freud, medo de contatar pessoas pelas quais sente hostilidade inconsciente, sejam chefes, mortos ou recém-nascidos. Para ele, todos os gestos de submissão são ambivalentes, daí o respeito e o afeto esconderem hostilidade inconsciente. Freud venera quem estabelece regras como Moisés e simpatiza com quem as contraria, como Ricardo III. Todos nós sofremos alguma ferida narcisista, daí nossa simpatia para com ele.

Ao produzir *Psicologia das Massas e Análise do Eu*, Freud estava abandonando o evolucionismo linear de *Totem e Tabu* e a preocupação pelas origens pré-históricas cedia lugar à análise contemporânea. Essa preocupação transparece no seu texto *Novas Contribuições à Psicanálise*, onde relata seu conhecimento da obra de Marx. Embora reconhecendo que as pesquisas de Marx sobre a estrutura econômica da sociedade e a influência das distintas formas de economia sobre a vida humana impuseram-se com indiscutível autoridade, mantém seu ponto de vista, segundo o qual as diferenças sociais se originaram por diferenças raciais. Assim, para Freud, fatores psicológicos, como o excesso de tendências agressivas constitucionais, a coerência organizatória da horda e a posse das armas, decidiram a vitória; os vencedores se transformaram em senhores e os vencidos em escravos; isso exclui o domínio exclusivo dos fatores econômicos. Na sua crítica a Marx, partia ele do conceito de ato econômico como “ato puro”, difundido pela Escola Clássica.

Freud não só se preocupava com a herança de Marx, como, também, com o fenômeno da ascensão das massas após a revolução industrial, para tanto, fundado em Gustavo Le Bon, a quem corrigia em algumas particularidades, procurava estudar as vinculações da massa com o líder. Para Freud, a relação política básica consistia numa relação erótica, da massa com a autoridade. Para ele, a autoridade sempre existe *personificada*. A horda supõe um chefe, o hipnotizado, um hipnotizador, o amor, um objeto, a massa, um líder. Para ele a condição de líder exige que este se aparte de seus subordinados e, ao mesmo tempo, evite que eles o abandonem. O líder atua como um “centro” para organizar vidas que procuram um sentido. Porém, situações de pânico e desorganização social podem levar a massa a reorientar-se em torno de novos líderes. Para Freud, o líder toma a forma de pai perseguidor, como o pai primitivo, ou perseguido, como Cristo. O líder

aparece como figura segura de si, com poucos vínculos libidinosos: a sua vontade é reforçada pela dos outros. Freud vê toda a atividade política, sem distinção, como influenciada pela autoridade. Segundo Freud, isso dá um sentido permanente às manifestações de autoridade.

A psicologia

Sua psicologia tem implicações conservadoras no caso. Assim, na História não há acontecimentos qualitativamente diferenciados. O líder na figura de pai e seus seguidores, enquanto filhos, tornam a luta política uma luta geracional. Na ambivalência, as mudanças sociais se tornam recorrências e as relações sociais só têm sentido pelas necessidades *psicológicas* que preenchem. A crítica social é desvalorizada, na medida em que é vista como manifestação da ambivalência geral das emoções. A desconfiança dos governados ante o poder não se dá por uma visão nacional de suas vitórias e fracassos, mas como expressão de sentimentos hostis. Freud vincula o fenômeno político aos delírios paranóicos, no exagero da importância de uma pessoa. Partir da participação libidinal é, para ele, decifrar a genética do poder. *Totem e Tabu* e *Psicologia das Massas* mantêm uma visão liberal clássica: o indivíduo ante o Estado, sem ninguém como permeio, nenhum grupo intermediário. Para Freud, o governante tem verdadeiro poder mediante atribuição *ilusória* de seus partidários.

A imagem freudiana do pai, como modelo de autoridade, vincula-se diretamente à idéia que, na sociedade ocidental, qualquer tipo de autoridade está submetido a pressões e crises. A atitude psicanalítica reforça o distanciamento à crítica do conceito de legitimidade, muito desenvolvida nas ciências sociais.

Para ele, a esfera *política* opera como extensão da esfera *particular*, a veneração exagerada ao homem público é vista como recorrência da adoração do filho pelo pai. Quanto mais carente de atenção e afeto, nas *relações pessoais*, tanto mais tende a personalidade a “externalizar-se” à esfera *pública*, nessa procura de aceitação, amor e cumplicidade. Não é possível o fanatismo na política, quando o partidário reconhece no seu líder o deslocamento da imagem paterna, da mesma forma como o crente fraqueja quando analisa sua conduta religiosa com destino à ilusão. Freud realiza uma *crítica* da política na medida a que vincula neurose e poder, sintetizados em Ricardo III. Freud colocou em xeque o exercício “livre” da cidadania, na medida em que descobriu o quanto de “irracional” esconde a conduta do chamado cidadão médio.

O conselho de Laswell

Isso levou um politicólogo psicanalítico, Laswell, a aconselhar o *liberalismo medicinal*, vinculando o exercício da liderança democrática à saúde e não à doença.

Visualizar o fenômeno político como externalização da esfera individual, em sua dimensão subjetiva, e tendo como fundamento a ansiedade, pode levar a negar a situação política objetiva. Da mesma forma o protesto social, na visão psicanalítico-política, pode ser visto como sintoma neurótico, abrindo espaço à Psiquiatria considerar a sociedade conforme as malhas do modelo médico mais autoritário: o modelo hospitalar clássico.

Ao rechaçar o maniqueísmo ingênuo, que consiste em rotular como “boa” ou “má” tal ou qual política, a Psicanálise vincula como “soluções dramatizadas” de uma temática que tem a sua gênese na vida pessoal.

O governante tem o verdadeiro poder mediante a atribuição ilusória de seus partidários.

A imagem freudiana do pai, como modelo de autoridade, vincula-se diretamente com a idéia de que na sociedade ocidental qualquer tipo de autoridade será submetido a crises.

A atitude psicanalítica reforça o distanciamento ante a autoridade. Freud agrega a contribuição da análise psicanalítica à crítica do conceito de legitimidade, já muito desenvolvida nas ciências sociais. Para Freud, a dimensão política é uma extensão da esfera privada; assim, a veneração exagerada ante o homem público é uma recorrência da adoração do filho pelo pai. Freud considera a personalidade pública como um carente de atenção e afeto ou deferência, derivado das relações pessoais.

Dessa forma, não é possível o fanatismo na política, quando o partidário reconhece, no seu líder, o deslocamento da imagem paterna; o crente, a fraqueza, quando analisa sua conduta religiosa, endereçada à ilusão. No fundo, Freud realiza uma crítica da política, na medida em que, fundado em Ricardo III, vê no homem que exerce o poder um neurótico. Por outro lado, funciona o mecanismo de identificação, daí as dinastias de poder dos Roosevelt aos Kennedy. A psicanálise colocou em xeque o exercício “livre” da cidadania, na medida em que descobriu o muito de “irracional” na conduta do cidadão médio, daí, um político; logo, como Laswell aconselhar um liberalismo medicinal.

A grande receptividade da Psicanálise nos EUA consistiu no fato de ela postular a vinculação das idéias de mudança social à conduta neurótica, assim, revolucionário, seria aquele que estivesse em rebelião contra o seu pai. O público e o aspecto social mascaram “conteúdos latentes”, as ideologias revolucionárias seriam “racionalizações” de complexos edípicos.

Como confidente das fantasias e desejos do homem, Freud aprova o caráter repressivo da sociedade. Enquanto sugere uma atitude *conciliadora* da mesma ante os instintos, admite que seus interesses *conflitam* com o indivíduo. Assim, a debilidade, credulidade e passividade das massas é acompanhada pela aquisição de

poder pelos líderes políticos. Segundo Freud, por natureza, os homens são incapazes de esforço contínuo, de um trabalho regular e planejado, porém só ele é fonte de independência e maturidade.

Isso é privilégio de algumas minorias, daí não esconder Freud a sua admiração pelas minorias que sabem o que querem. Na sua *Novas Contribuições à Psicanálise*, ele imagina a existência de um pequeno grupo de homens de ação, imbatíveis em suas convicções e impermeáveis à dúvida e ao sofrimento como condição de regeneração social. No mesmo estilo, em carta a Einstein imagina ele uma espécie de República Platônica, cujos governantes se constituam como comunidade subordinando sua vida instintiva à *ditadura da razão*.

Para Freud o homem se compõe de uma estrutura instintiva básica, daí tentativas de supressão da opressão política, para ele, resultariam na troca de um autoritarismo por outro. Embora admita que a massa possua qualidades éticas acima da norma, isso não basta para redimi-la do fato de que, o calor do companheirismo entre seus pares *anule* a racionalidade do comportamento. Na medida em que a sociedade mantém sua coesão graças ao sentimento de dependência e respeito pelo líder, possui um fundamento autoritário. A sociedade para Freud é sempre uma sociedade de desiguais, a igualdade é vista como utópica. Freud parte do pressuposto *liberal* que, sem a desigualdade erótica, a escassez e competição erótica, parcialmente sublimada em benefício da sociedade, não faltariam antagonismos e identificações que a mantivessem unida. Se trocarmos a recompensa econômica pela emocional, veríamos Freud como aquele que *traduz* a linguagem da economia clássica em código ético-moral. O *ethos liberal* subjacente a Freud transparece na sua admissão de desigualdade como um “destino” sua resignação ante a fatalidade da existência da autoridade, buscando sua *adequação* ao social *nunca* sua abolição. Por sua vez, ao comparar a autoridade pública à paterna, a massa a crianças, *destrói* qualquer idealização da autoridade pública. A analogia entre a estrutura familiar ao Estado e sua técnica analítica encaminhada à emancipação dos vínculos familiares, constitui-se numa *crítica* ao “respeito” social e político.

Como o comportamento político tem raízes inconscientes, a política deve ser a *catarse* das massas, com função idêntica à arte no plano individual. Assim, nas guerras as nações postulam interesses como “racionalizações” de suas paixões, a ação coletiva representa regressão à barbárie, assim o Estado se permite atos que o indivíduo jamais o faria. A maior parte das decisões “heróicas” se dá sob o signo do instinto de morte. Freud critica o Estado na medida em que o identifica com as massas, vendo-o como um ídolo que esmaga cegamente a consciência individual. Quando condena o caráter repressivo da sociedade política, o faz na medida que a categoria *indivíduo* constitui o fundamento de seu discurso e assegura a unidade de seus pontos de vista.

Para o fundador da Psicanálise, a política era algo que ocorria na psique dos indivíduos, daí sua psicologia ser tanto individual como social, visto essa como “externalização” de fantasias e desejos pessoais. O interesse pelo social tem como base o individual. A psicoanálise freudiana se insere na tradição *liberal* da defesa do indivíduo.

No intuito de dominar o indivíduo associial, Freud reconhece a importância civilizadora da sociedade, porém encara suas exigências sob o ângulo da “renúncia”. Nega o conceito organicista, segundo o qual os indivíduos se realizam através da Igreja, comunidade sagrada ou Estado. A visão freudiana compartilha a noção segundo a qual a “sociedade” significa sempre *sacrifício* da individualidade; nesse sentido amplia as posturas de *Nietzsche* e *Max Strner* a respeito do “único”. Daí sua tentativa terapêutica em separar as paixões particulares de sua transferência neurótica sobre a autoridade. *Seu tema gira em torno do custo do sacrifício da liberdade individual à tirania social*. Encara o auto-sacrifício como doença. Sua tarefa consiste em controlar o custo entre o princípio de prazer (satisfação) e o princípio de realidade (renúncia), nisso define-se a Psicanálise como terapia e doutrina.

Procura defender o *indivíduo* da submissão inevitável a preceitos comunitários, mediante análise do fundamento destes e sua gênese. Nesse sentido, *sua doutrina é a realização do liberalismo*, onde a medicina atua como mediadora entre o desejo individual e a coerção social, analisando esta nos momentos em que cobe aquele outro. O interesse pelo indivíduo, herdado do romantismo, traz consigo uma visão elitista. Seus sujeitos são os “cultos” que alcançaram sua individualidade reconciliando-se com seus instintos, é a maturidade como meta de chegada da existência. Perfila o tipo do homem racional, prudente, liberto interiormente da autoridade, quites com sua quota de conflito e neurose. A psicanálise postula uma espécie de alienação racional entre os entusiasmos públicos. Freud é cético em relação a todas ideologias, menos a que tange à vida pessoal.

A psicanálise parece como doutrina do homem “particular” que se defende contra a invasão da esfera “pública”, a preocupação pela esfera “pública” se dá por motivações conscientemente “particulares”. A medida psicológica, para ele, não é perfeição social, é a saúde individual. Há luta individual pelo auto-domínio; a psicoanálise é a vitória do ego (consciente) sobre o id (inconsciente), condição do domínio sobre o ambiente. Dessa maneira é que a ética darwiniana transporta à psicologia, vai *mais além do liberalismo* sobrevivendo ao seu declínio.

A liberdade

Para Freud, a liberdade é uma metáfora, só tem existência real do indivíduo, quando entendida como um equilíbrio entre o ego e o superego e o id. A procura da liberdade social, para ele, é uma contradição lógica, entende liberdade e tirania

como estados psíquicos, na base dela há a “tirania psíquica”, entendida como domínio dos temores e compulsões inconscientes. A psicanálise postula o indivíduo antipolítico que procura a autoprefeição num contexto o mais possível separado da comunidade. Para ele, toda política é sinônimo de corrupção, seja num Estado liberal ou autoritário.

Na medida em que, para ele, a liberdade é um estado psíquico, sua possibilidade de existência se dá em qualquer sociedade. Assim, pode haver escravos livres em Roma Antiga como cidadãos escravizados na Europa. A Psicanálise com sua ênfase na vida anterior e no equilíbrio das três instâncias do psíquico como condição de saúde, questiona os regimes políticos. Dessa maneira, Freud desloca a questão da análise do sistema político, para ele, ela passa pela equação pessoal e pela interrogação de até que ponto o indivíduo deve ser limitado no marco das relações sociais predominantes. Ele é o máximo de consciência possível do “ethos liberal”, que tem como base o inconsciente.

Obras consultadas

FREUD, S. *Obras completas*. Trad. Luiz Lopes Ballesteros y De Torres. Buenos Ayres: Editora Americana, 1943. Volumes: VII – Totem y Tabu; IX – Psicología de las massas y analisis del yo; XIX – El porvenir de las religiones.

LASWELL, Harold. *Power and Personality*. 1948.